

PODER

Direita em busca de consenso para “Plano B”

Oposição pena para definir um nome único para disputar a Presidência em 2026

» LETÍCIA CORRÊA*

As articulações do Centrão e da direita quanto à candidatura para a Presidência em 2026 apresentam divergências. O discurso de Tarcísio de Freitas (Republicanos), que enfatiza o desejo por uma reeleição no governo de São Paulo, é um dos principais motivos para o entrave. Apesar de ainda acreditar que Tarcísio é a principal escolha para o ano que vem, a oposição ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva se preocupa com o atraso da candidatura do atual governador, muito por conta de Jair Bolsonaro (PL).

A principal aposta dos aliados do ex-presidente é o Projeto de Lei (PL) da Anistia aos envolvidos no 8 de janeiro, emperrado no Congresso, e que envolve uma tentativa de descredibilização do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), órgãos que condenaram Bolsonaro à prisão por 27 anos e à inelegibilidade, por oito anos, respectivamente.

O Partido Liberal (PL) informou ao **Correio** que não tem outro nome, além de Jair Bolsonaro, para a candidatura ao Planalto. Também disse que “não acredita” na possibilidade de dele não se candidatar. E é exatamente isso que incomoda o Centrão. Com o foco todo no ex-presidente, uma possível candidatura de Tarcísio só seria anunciada no ano que vem, o que é considerado tardio pelo Centrão. Membros do grupo que transita pelos dois lados da política relembram a candidatura de Fernando Haddad pelo PT em 2018 e que não teve o resultado desejado. Eles temem que o mesmo aconteça com Tarcísio.

Partidos como PSD, PP e União Brasil articulam um novo candidato, a partir das divergências com a direita do PL. Um jantar com líderes do PSD, na semana passada, alavancou a candidatura do governador do Paraná, Ratinho Júnior (PSD), como uma alternativa a Tarcísio.

O presidente do PSD, Gilberto Kassab, fez uma aparição pública ao lado do atual representante do

Reprodução/Romeu Zema



Romeu Zema (Novo), Ratinho Jr. (PSD), Tarcísio de Freitas (Republicanos) e Ronaldo Caiado (União Brasil)

Paraná, dias depois do jantar, revelado pela *Folha*, distanciando ainda mais Tarcísio como principal aposta. “Nós temos bons governadores no Nordeste, temos bons governadores no Norte do Brasil, no Centro-Oeste, no Sudeste e no Sul. Hoje, quem está tocando de forma organizada e planejada o Brasil são os governadores. Você vai ver poucos estados dependentes do governo federal”, sinalizou Ratinho Júnior, no evento da Associação Comercial de São Paulo.

O PSD, como partido de centro, também possui ligações no atual governo do presidente Lula. A legenda ocupa as pastas da Agricultura e de Minas e Energia. Dessa forma, a escolha de Ratinho, que se posicionou contra a agora soterrada PEC da Blindagem e de forma mais neutra sobre o PL da Anistia, poderia aproximar quem não vota no PT nem no PL.

“A anistia é uma solução política. O Supremo Tribunal Federal (STF) faz uma decisão jurídica, apesar de a gente ter visto muita política também em algumas

metodologias do Supremo. Mas o Congresso faz uma análise política do processo. E o Congresso tem que se dedicar a isso. Não é a hora agora de achar certo e errado, é achar a pacificação do país”, comentou Ratinho Jr. sobre a pauta polêmica.

Em família

A possível candidatura de Eduardo Bolsonaro (PL-SP) é outro ponto que afasta os dois pólos da direita. O deputado federal licenciado é considerado como polêmico e criador de confusão entre os membros de partidos do Centrão que não querem transparecer radicalismos.

“Eu acho que há um espaço, há robustez numa candidatura com o sobrenome Bolsonaro. Estou no meu terceiro mandato, sou uma pessoa que é conhecida da sociedade, coloco sempre as minhas opiniões à disposição do escrutínio público. Acredito que nós estamos no momento em que estou maduro o suficiente. A única coisa que me fará não ser candidato

(à Presidência) é a candidatura do presidente Jair Bolsonaro”, disse Eduardo em entrevista ao SBT.

Outros nomes cotados para a oposição a Lula em 2026 são o de Michelle Bolsonaro (PL), que comentou, recentemente, que, apesar de preferir ser primeira-dama, se candidataria, caso fosse necessário, e o da senadora Tereza Cristina (PP-MS), ex-ministra de Bolsonaro.

“Nós precisamos eleger o maior número de deputados e senadores em 2026 e vamos trabalhar para reeleger o nosso presidente Jair Messias Bolsonaro, porque eu não quero ser presidente, não. Eu quero ser primeira-dama”, enfatizou Michelle, em evento do Partido Liberal.

O União Brasil, contatado pelo **Correio**, destacou que apoia, até o momento, a pré-candidatura do governador de Goiás, Ronaldo Caiado. O Novo aposta em Romeu Zema e confirmou a pré-candidatura do governador de Minas Gerais à Presidência ainda em julho.

*Estagiária sob a supervisão de Andreia Castro

STF mantém Moro réu por calúnia

» ALÍCIA BERNARDES

A Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) formou maioria, ontem, para manter o senador Sergio Moro (União Brasil-PR) como réu em ação penal por calúnia contra o ministro Gilmar Mendes. O voto do ministro Flávio Dino consolidou a posição do colegiado a favor da continuidade do processo.

O caso começou a ser analisado na sexta-feira, em sessão virtual. Relatora da ação, a ministra Cármen Lúcia foi a primeira a votar pela rejeição dos embargos de declaração apresentados pela defesa de Moro. Ela considerou que “não há omissão a ser sanada” na decisão anterior, que já havia aceitado a denúncia apresentada pelo Ministério Público Federal (MPF).

O ministro Alexandre de Moraes acompanhou o voto da relatora. Com três votos a favor — de Cármen Lúcia, Moraes e Flávio Dino —, a Primeira Turma já tem maioria para manter o ex-juiz da Lava-Jato como réu. Os ministros Cristiano Zanin e Luiz Fux podem se manifestar até o dia 10, prazo final da votação virtual.

Na denúncia, o MPF acusa o senador de atribuir falsamente a Gilmar Mendes o crime de corrupção passiva. Segundo a petição, em um vídeo divulgado em abril de 2023, Moro teria dito, em tom calunioso, que era possível “comprar um habeas corpus do Gilmar Mendes”, sugerindo que decisões do ministro poderiam ser negociadas mediante vantagens indevidas.

Ao votar pelo recebimento da

Geraldino Magela/Agência Senado



MPF acusa o senador de atribuir falsamente ao ministro Gilmar Mendes o crime de corrupção passiva

denúncia, Cármen Lúcia destacou que a fala foi proferida “de forma livre e consciente, diante de várias pessoas e com conhecimento de que estava sendo gravada”. A ministra rejeitou o argumento da defesa de que a declaração foi feita em tom de brincadeira, afirmando que tal justificativa “não pode servir de escudo para a prática do crime de calúnia”.

Em sua defesa, Moro alegou que o comentário foi feito durante uma festa junina, antes de assumir o mandato, e que o vídeo teria

sido editado. O senador também afirmou ter se retratado publicamente e questionou a competência do STF para julgar o caso. A Procuradoria-Geral da República, no entanto, sustentou que o episódio ofendeu a honra do ministro e buscou descredibilizar o Supremo, motivo pelo qual rejeitou qualquer possibilidade de acordo penal.

Entenda o caso

O processo foi aberto com base em um vídeo que repercutiu

nas redes sociais em abril de 2023. Na gravação, Sergio Moro afirma: “Não, isso é fiança, instituto... para comprar um habeas corpus do Gilmar Mendes”.

O vídeo foi gravado quando ele ainda não era senador, mas os ministros decidiram que, como a gravação veio a público durante o exercício do mandato, o STF tem competência para julgar o caso. O recebimento da denúncia deflagra o processo criminal. Não há data prevista para o julgamento do mérito.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



Luizazedo.df@dabr.com.br



Entre católicos e evangélicos, divisão religiosa cristaliza a polarização

Tem certas coisas na política brasileira que, para se entender, é preciso recorrer à antropologia, como a dificuldade de o presidente Luiz Inácio Lula da Silva recuperar parte de sua base eleitoral de 2010, quando encerrou seu segundo mandato. Trata-se daquela faixa da população com renda entre dois e cinco salários-mínimos, que agora foi beneficiada pela isenção do Imposto de Renda até R\$ 5 mil e a redução parcial até R\$ 7.350 aprovada pela Câmara, que ainda precisa de referendo do Senado.

A aposta do governo é de que essa parcela da população finalmente se sentirá representada pela “economia do afeto” do “lulismo”, para usar uma expressão de Alberto Aggio. Será? Com certeza, uma parcela, sim; mas outra, por razões religiosas, dificilmente: os evangélicos, que apoiam maciçamente o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). Pesquisa DataPoder realizada entre os dias 27 e 29 de setembro, divulgada pelo site Poder 360, mostra que a recuperação de imagem do governo Lula é crescente entre os católicos. A diferença entre os que aprovam e não aprovam aumentou de 3 pontos para 9 pontos percentuais: no final de julho, 48% aprovavam e 45% desaprovavam; agora, 51% aprovam e 42% desaprovam.

Já entre os evangélicos, a situação do governo é muito mais difícil. No mesmo período, a diferença entre quem aprova e desaprova caiu apenas de 42 pontos para 37 pontos percentuais: em julho, a aprovação era de 27% e a desaprovação, 69%; agora, a aprovação é de 29% e a desaprovação, 66%. Recuperar essa diferença não é uma equação simples. Temas como aborto e diversidade de gêneros são barreiras quase intransponíveis. Mas não é só isso. Existe o forte engajamento político dos pastores evangélicos.

Estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), no fim de 2023, revelava a existência de 124.529 estabelecimentos religiosos existentes no país em 2021, dos quais 52% são evangélicos pentecostais ou neopentecostais, liderando o resultado, seguidos por 19% evangélicos tradicionais e 11% de católicos. Entre os evangélicos pentecostais, a Assembleia de Deus é a que possui o maior número de estabelecimentos, 14%.

O número de evangélicos no Brasil triplicou nos últimos 30 anos, atingindo 26,9% da população (47,4 milhões) no Censo de 2022, segundo dados do IBGE. Esse crescimento mostrou uma desaceleração entre 2010 e 2022, mas não entre jovens e mulheres, o que sugere que pode continuar. As igrejas evangélicas ganharam espaço ao oferecerem apoio emocional, social e espiritual, especialmente em áreas periféricas; as pentecostais e neopentecostais estão, sobretudo, onde o Estado falha em chegar, ou seja, os governos.

Vão da tradicional Assembleia de Deus (que também tem suas divisões) até pequenas denominações de uma única congregação, como a Igreja Evangélica Pentecostal Maná do Céu, em São Vicente (SP). Com origem na Reforma Protestante do século 16 (luteranos, calvinistas, congregacionais, presbiterianos, batistas, metodistas, anglicanos), os pentecostais surgiram, no século 20, como expressão de um movimento de protesto contra o racismo e o elitismo nas Igrejas, e de afirmação da população negra, migrante, feminina e pobre nos Estados Unidos. Denominam “evangélica” a identidade protestante, para reforçar a imagem de detentores “do verdadeiro Evangelho”.

Fé e prosperidade

Os pentecostais representam a maior fatia numérica (cerca de 60%) dos evangélicos, com presença geográfica importante, ocupação de espaço nas mídias tradicionais (rádio e TV) e intensa atuação na política partidária. Espelham também um certo “americanismo”, tanto quanto a organização de nossas empresas e os padrões de consumo dos brasileiros. O que diferencia pentecostais dos evangélicos históricos é a crença no segundo batismo, uma experiência mística atribuída à ação do Espírito Santo, que teria dons especiais, como profecia e cura pela oração. É aí que a antropologia ajuda a entender o tipo de mistura da religião com a política que estamos vivendo. Os cultos evangélicos promovem a transição de uma identidade ou status para outro.

Segundo o antropólogo Victor Turner, que estudou os “ritos de passagem”, na primeira fase desse tipo de transição (separação), o indivíduo é retirado de seu contexto social anterior, o que marca uma ruptura com o status social que possuía anteriormente; na segunda (liminaridade), fica numa espécie de limbo antissistema, como uma “lousa em branco”, e entra em comunhão com os demais participantes; na terceira, é reintegrado à sociedade investido de novo status e nova identidade.

Esse tipo de experiência acabou reproduzido pela extrema direita, que soube utilizar as redes sociais para dar às pessoas antes “silenciosas” uma nova identidade e um novo status político, da mesma forma como o convertido à nova fé pentecostal também se torna uma “outra pessoa”.

Deus deseja e manifesta a salvação, cura e abundância material para quem segue o evangelho, ensina a teologia da prosperidade. Ao defender a família unicelular patriarcal e combater o “identitarismo”, Jair Bolsonaro capturou eleitoralmente a maioria desses fiéis, em aliança com Edir Macedo, R. R. Soares, Estevam Hernandes, Silas Malafaia, Valdemiro Santiago, Damara Alves, Rina, Marco Feliciano, Valnice Milhomens, Cassiane e outros líderes pentecostais. Fundiu a fé com a sede de poder.